

Capítulo 3

Cem anos de educação profissional e tecnológica pública no estado de São Paulo: entre a celebração e a avaliação

Maria Lucia Mendes de Carvalho¹
Sueli Soares dos Santos Batista²

*Não é da conservação do passado,
mas de resgatar a esperança passada que se trata.
(Adorno e Horkheimer, 1985, p. 15)*

Resumo

Este artigo tem por finalidade encontrar no passado elementos da história para compreender e transformar o presente, e o faz empregando a cronologia como fio condutor para desvendar, entre os momentos de celebração e avaliação, personagens na criação de escolas técnicas e tecnológicas, nas políticas educacionais, nos percursos de seus atores e de processos formativos em cem anos de educação profissional pública no estado de São Paulo. A busca pela gênese e a identificação de personagens que foram marcantes para a educação profissional é realizada a partir da cultura escolar e dos discursos produzidos sobre ela. O *Relatório 1936*, de Horácio Augusto da Silveira e o livro *50 anos de Ensino Profissional – Estado de São Paulo*, de Arnaldo Laurindo, publicado em 1962, são documentos/monumentos que retratam a história da educação profissional. O Centro de Educação Tecnológica São Paulo é criado, em 1969, e sobre esta instituição Shozo Motoyama organiza e publica *Educação Técnica e Tecnológica em Questão – 25 anos do CEETEPS – uma história vivida*. Em 2009, a diretora-

¹Maria Lucia Mendes de Carvalho é professora coordenadora de projetos no Centro Paula Souza nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional/Memórias e História da Educação Profissional.

²Sueli Soares dos Santos Batista é professora categoria pleno da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí, professora pesquisadora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, trabalhando em regime de jornada integral e coordenando o Núcleo de Estudos em Tecnologia e Sociedade (NETS). É integrante do Projeto Memória Ferroviária (1867-1971), em parceria com a Unesp-Rosana e financiado pela Fapesp. Atualmente leciona as disciplinas de Filosofia e Lógica, Gestão do Patrimônio Cultural e Métodos para Produção de Conhecimento.

-superintendente Laura Laganá oferece o livro comemorativo dos 40 anos do Centro Paula Souza, e este engloba as escolas centenárias da educação profissional pública no estado de São Paulo. Podemos afirmar que estes documentos contribuem para não só revelar aspectos da trajetória da educação técnica e tecnológica paulista, como também a maneira como se pretende que ela seja vista. Produzidos, quase sempre, em momentos de celebração como ocorreu em 2011 com a comemoração dos 100 anos da educação profissional, estes documentos merecem ser lidos e analisados do ponto de vista de uma necessária avaliação da educação profissional e de planejamento de seus rumos. Na tentativa de ler esta história um tanto a contrapelo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, este estudo aponta para a necessidade de futuras pesquisas que resgatem a historicidade da educação profissional, seus objetivos anteriormente traçados, considerando o que foi atingido e o que precisa ser reformulado.

Introdução

Neste estudo a busca pela gênese e a identificação coletiva e individual de personagens que foram marcantes para a educação profissional permitem-nos empregar como categoria de investigação a cultura escolar, buscando nos livros de autores da instituição desvendar a trajetória da educação técnica e tecnológica paulista. Segundo Julia (2001), a cultura escolar é:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores [...]

O retorno ao passado por meio de livros, cujos autores foram professores da educação profissional, segundo Mate (2002, p. 25), nos leva a indagações, como:

Perguntar, por exemplo, quando, como e por que a instituição escolar começou a criar as bases para estrutura que possui hoje, em relação tanto à lógica do currículo, à formação e ao papel do professor, como à organização espaço-temporal das atividades pedagógicas, pode ser um bom começo, pois pode nos ajudar a discutir o panorama cultural que produziu e foi produzido por essa nova forma de escola.

O interesse pelos documentos produzidos por estes personagens procura dar conta do que se convencionou chamar micro-história. O alvo desta abordagem metodológica é a memória coletiva que, segundo Le Goff, já não se cristaliza apenas sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Nas palavras desse autor, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Ainda, para Le Goff, “[...] o documento é uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram... esforço para as sociedades históricas para impor ao futuro... determinada imagem de si próprias...” (Le Goff, 1984, p.103).

Este artigo tem a finalidade de encontrar no passado elementos da história para compreender e transformar o presente e o faz resgatando uma cronologia como fio condutor para desvendar personagens na criação de escolas técnicas e tecnológicas, nas políticas educacionais, nos percursos de seus atores e de processos formativos, nos seus momentos de celebração e avaliação em cem anos de educação profissional pública no estado de São Paulo. Procura resgatar, um tanto a contrapelo, as diferentes narrativas que, na verdade, são as verdadeiras construtoras desta cronologia, revelando que não há linearidade nem progressão contínua entre períodos que se sucedem, discursos e práticas escolares. Não é incomum que redescubramos, em registros quase centenários, os desafios que ainda hoje nos impulsionam.

1. A “nova educação” da República Velha

As primeiras Escolas, Profissional Feminina e Profissional Masculina, surgiram em 1911, na capital, no Brás, administradas pelos diretores Miguel Carneiro e Aprígio Gonzaga. Esses educadores, em 1909, estiveram a serviço da Diretoria-Geral da Instrução Pública na Argentina e nos Estados Unidos para conhecer as experiências pedagógicas da “escola-oficina” e trazer para a Secretaria do Estado dos Negócios do Interior os subsídios que permitiram ao governo criar e organizar as escolas profissionais a partir dos Decretos Estaduais nº 2118-A e 2118-B, de 28 de setembro de 1911.

As escolas da capital e de Amparo surgiram em meio a uma avalanche de greves em São Paulo, no período de 1905 a 1917. Era a manifestação dos operários em vários setores industriais: têxtil, bebida, calçados, metalúrgicos, chapeleiros, entre outros. Este é um importante indicador para que aprofundemos nossos estudos sobre as interfaces entre estruturação da educação profissional pública e a formação da classe operária no Brasil.

Desde o final do século XIX buscavam-se imigrantes para substituir a mão de obra escrava. A criação de escolas profissionalizantes vem ao encontro deste objetivo, sendo concebida como maneira de forjar um trabalhador produtivo e dócil, algo incompatível com a formação política destes imigrantes. Segundo Lunardi Marques (2011), o tipógrafo Edgard Leurenroth fundou o famoso jornal libertário – *a Plebe* – e nesta época seguiram-se outros como: *O grito operário*; *A luta de classe*; *Nossa voz*; *Luta Social*; *O trabalhador gráfico*; *O trabalhador padeiro*; *O trabalhador vidreiro*; paralelamente, foram criadas e organizadas novas entidades de classe.

As famílias resistiram às proposições governamentais do Decreto Estadual nº 1711, de 27 de dezembro de 1919, que introduzia o ensino de Português, Geografia e História Pátria e Instrução Moral e Cívica, tendo que ser revogado, e ministrado nas escolas profissionais somente o Português. Essa resistência não se deu espontaneamente. A educação da classe operária era motivo de disputa entre o movimento anarquista e a política pública nascente para a formação dos trabalhadores.

Gonçalves e Nascimento (2008), analisando o projeto educacional anarquista presente no jornal *A Plebe*, consideram que:

Os libertários eram conhecedores da importância de se educar o militante. Para eles era necessário instruir o trabalhador, dar-lhe cultura e conhecimento, pois um povo semi-instrução engoliria as “pílulas amargas” da imprensa, da ideologia e do discurso burguês. Para tal, além dos artigos publicados no jornal a respeito da necessidade do operário educar-se, iniciaram campanhas de levantamento de fundos para a criação de escolas que atendessem os operários e seus olhos. (p. 361)

Com base racionalista e científica, as escolas anarquistas, rapidamente fechadas pelo poder instituído, disputavam junto com o Estado a primazia sobre a educação dos trabalhadores. Em 1917, o jornal *A Plebe* celebrava o surgimento de uma escola libertária em Sorocaba, a mesma cidade em que, mais tarde, floresceriam a escola profissional e o modelo de educação para a formação dos ferroviários.

Para os anarquistas,

[...] a escola gratuita governamental não oferecia subsídios para o desenvolvimento de uma educação que levasse o indivíduo a se tornar, além de um trabalhador, um ser inteligente e ativo, capaz de perceber a desigualdade econômica em que se encontrava. (p. 362)

Mas é esta a escola (gratuita, governamental, profissionalizante e instrumentalizante) que determinará os caminhos da educação profissional nascente.

Também racionalista e de caráter científico, nos termos da época, objetivavam formar o trabalhador produtivo, racional, alfabetizado, mas não necessariamente emancipado.

Em meio a efervescência do anarcossindicalismo, era difícil convencer os pais a matricularem os seus filhos nas escolas profissionais e os diretores, entre suas atribuições, tinham o papel de divulgar os cursos profissionalizantes, distribuindo volantes, visitando as famílias do entorno das escolas. Aprígio Gonzaga, fundador da escola profissional masculina em 1911, explicava a cada família a finalidade da “escola-oficina” para formar “operários completos”:

Há em ensino profissional um único método – o integral – por ele se entende a preparação técnica e literária, em seguimento harmônico, de modo no fim do curso, o operário seja um homem completo. [...] o aprendiz de mecânica, no 1º ano, forja e funde o metal; primeiro trabalha a frio, depois usa o fogo, funde, puxa, caldea e corta; no 2º ano, ajusta, tornea e fresa, construindo peças de máquinas e máquinas completas, para ter nítida ideia do conjunto, executando os modelos e tendo por base o grande mestre da vida – o desenho”. [...] nos cursos de marcenaria: primeiro o aluno elabora o desenho e o lê em todas as posições, corta-o e examina-o de baixo para cima e em várias posições, sempre com medidas e na mais absoluta exatidão das representações. No 1º ano, o aluno liga-se ao trabalho do sloyd, com uma pequena adaptação da mão, segundo uma série de dificuldades crescentes, partido da reta à linha curva e seus compostos; passa depois para o torno; enfrenta o movimento circular; trabalha primeiro entre pontas, com o braço amparado, numa série de modelos organizados de modo que cada lição é um objeto útil, de imediata aplicação. (Gonzaga, 1919. In: Lunardi Marques, 2011, p. 1.646)

Operário completo, portanto, era aquele forjado na suposta harmonia entre teoria e prática em que “cada lição é um objeto útil, de imediata aplicação”. Em 1918, o Diretor-Geral da Instrução Pública, Oscar Thompson, declarou:

[...] as escolas profissionais formarão o cidadão operário, cômico de seus deveres e direitos políticos, cumpridores de suas obrigações sociais e morais. Serão uma força viva do progresso e um fator de riqueza para o país.

A industrialização em curso e a necessidade da formação de massas trabalhadoras prontas para adaptarem-se à lógica predominante das relações entre capital e trabalho condicionaram os discursos e as práticas da educação profissional pública nascente, marcada por lampejos do nacionalismo e forte determinação liberal. Mas este processo que se consolidará no período getulista não se realizou sem contradições.

Na 3ª Conferência Nacional de Educação, realizada em 1929, Aprígio Gonzaga destacava a força da redenção pelo trabalho, em que *redenção* significava a libertação da dependência humilhante da indústria estrangeira e uma nova concepção de trabalho como princípio educativo:

[...] Trará essa redenção a educação profissional de artes e ofícios, porque – vencido o preconceito da nossa sociedade, que neles via unicamente as profissões manuais, o trabalho árido e duro, humilhante do escravo – brilhará o conceito educativo, remodelador e formador de caráter, das energias anímicas, o esplendor e a grandeza do trabalho prazeroso, do trabalho livre, do trabalho nobre, porque só por ele poderá o homem desenvolver e adquirir as qualidades que precisa para atingir seus altos fins morais, econômicos e políticos. (Laurindo, 1962, p. 115)

No relatório de atividades do ano de 1921, denominado “Escola Profissional Masculina da Capital: a nova educação, década 1911 – 1921”, este mesmo diretor relata que:

Considerado “perigoso” por sua militância política e visto com reservas por seu baixo grau de escolaridade, ou mesmo, de falta de: o trabalhador imigrante também passou a ser caracterizado como detentor de um saber empírico, passado de geração a geração. Se entre os que trabalhavam com ligas metálicas constata-se a mistura de cascos de animais e o uso de nigromancias nas fórmulas empregadas; o desconhecimento do desenho e da geometria no trabalho de oficinas implicava em desperdício de matéria-prima, tempo e dinheiro. (Lunardi Marques, 2011)

Racionalização e objetividade, em que formação para o trabalho e tempo dedicado a ele devem resultar em lucratividade e não em desperdício, anunciam já nos anos 1920 o que apenas a Era Vargas conseguirá realizar em termos de desenvolvimento das forças produtivas. Aproximando-se os anos 1920, a educação profissional representava a tentativa desesperada de preparar o trabalhador para atuar na cidade e nas indústrias que estavam se desenvolvendo frente à crise da cafeicultura no campo.

Mas há documentos reveladores sobre estas tentativas. Em 1926, Fernando de Azevedo redige um “Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo” a pedido do jornal *O Estado de São Paulo*, e transforma o seu resultado em uma peça de alto valor histórico, ao declarar na apresentação deste inquérito:

Nestas condições só por milagre se poderia ter em São Paulo um aparelho de ensino harmônico e integral, posto pela legislação a serviço de claros intuítos sociais e educativos e com bastante plasticidade de adaptação às correntes renovadoras do pensamento moderno. Mas, se de um lado, como

se vê, tem faltado a consciência da gravidade e complexidade do problema, abordado quase sempre de afogadilho, em tropelias burocráticas, sem colaboração de técnicos de responsabilidades definidas e em debate público, por outro lado, ainda não se fez sentir entre nós, da parte dos dirigentes, aquilo que se pode chamar uma “política de educação”, norteadas, não por homens, mas por princípios. [...] Por isso, com sucederem no poder, homens do mesmo partido, não se criou sequer o – espírito de continuidade – bastante temperado na forja de ideais comuns, para desenvolver, com esforço pertinaz e ininterrupto, e no mesmo sentido, uma – política de cultura, bases sólidas, de espírito marcadamente nacional e de objetivos precisos. (Azevedo, 1937, p.3-4. In: Machado, 2002, p. 48, v.1)

A inexistência de uma política de educação é o que denuncia Fernando de Azevedo: falta de consciência da “gravidade e complexidade do problema”, “tropelias burocráticas”, “falta de espírito de continuidade” em que um “aparelho de ensino” só por milagre poderia ser “harmônico”.

Fernando de Azevedo fez parte do grupo que criou, em junho de 1931, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), com Roberto Mange, Lourenço Filho, Basilides Godoy (diretor da Escola Profissional de Sorocaba), Roberto Simonsen, Geraldo de Paula Souza, José Erminio de Moraes, Noemy da Silveira, Armando Salles de Oliveira, entre outros, que tinha por finalidade a busca de soluções técnicas para problemas sociais (Lunardi Marques, 2011).

Mate (2002, p. 152) considera que a entrada de Fernando de Azevedo como gestor na Diretoria-Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo tinha como propósito um estado gerenciador, de órgãos especializados e garantidor do interesse geral, sem influências sequer de partidos ou de grupos específicos, e administrado por representantes legítimos dos interesses públicos. Isto possibilitou a geração de um movimento de reorganização concretizado com a política educacional expressa no Código de Educação, instituído por Decreto Estadual em 21 de abril de 1933 e que se constituiu num projeto coletivo que se identificou com a ideia da necessidade de reunir, reelaborar e sistematizar regras para o funcionamento das instituições escolares.

É nesse contexto que se implementava a duras penas uma legislação dos primeiros anos da República, tentando superar séculos de escravidão e de atraso social e econômico. A história da educação no Brasil e a história da educação profissional como um de seus capítulos é marcada por esta vontade de superação traduzível não só do ponto de vista da estrutura organizacional e jurídica, mas também da cultura escolar que ao mesmo tempo em que reflete esta estrutura, reescreve-a continuamente.

2. A trajetória de Horácio Augusto da Silveira

Diferentemente do que se concebe na atualidade, os atores da educação profissional eram também seus idealizadores e construtores. Um exemplo claro disso é Horácio Augusto da Silveira, normalista na região de Ribeirão Preto. Ingressa, em fevereiro de 1918, como diretor da Escola Profissional de Amparo, e encontra resistência do poder local a sua indicação, mas a supera criando condições para manter o aluno em período integral na escola (Carvalho, 2011a).

Durante o período de 1918 a 1923, Horácio Augusto da Silveira, como diretor da Escola Profissional de Amparo, implantou novos cursos profissionalizantes na escola promovendo-a junto aos amparenses. Como veículo de comunicação utilizou-se dos jornais locais e de atividades que desenvolveu com a comunidade. Em 1923, é convidado para dirigir a Escola Profissional Feminina da capital.

Horácio Augusto da Silveira foi nomeado para o cargo de Superintendente da Educação Profissional e Doméstica, em 1934. Esse normalista, pelos seus feitos em prol da educação, é o patrono da Academia Paulista de Educação, e ocupou a cadeira 32, que depois pertenceu a Arnaldo Laurindo, o segundo superintendente da educação profissional.

Quando Horácio Augusto da Silveira assumiu a Superintendência estavam implantadas as Escolas Profissionais de Rio Claro (1920), de Franca (1924), Mista de Ribeirão Preto (1928) e de Sorocaba (1929), as de Mococa e São Carlos (1930), e as escolas que vieram de convênios com o Governo do Estado, como os Institutos Bento Quirino, em Campinas (1927), e D. Escolástica Rosa, em Santos (1933).

Horácio Augusto da Silveira, figura pouco estudada pela historiografia da educação, atravessou todo este período: das escolas profissionais nascentes, sua regulamentação e estatização progressiva, sem que isso tenha resultado obrigatoriamente num todo harmônico como avalia Fernando de Azevedo em 1926. Mas aos 25 anos de educação profissional pública em São Paulo, pequenos e grandes personagens desta história foram convidados a um processo amplo de avaliação. É desse esforço que nasce o "Relatório 1936". Neste ano, a Nova República contava com seis anos, enquanto a educação profissional pública completava seus 25 anos de existência, mas ainda dando seus primeiros passos em termos de organização e valorização.

O "Relatório 1936" é um documento histórico que retrata a comemoração de 25 anos de educação pública no estado de São Paulo. Na comemoração do Jubileu das Escolas Profissionais, em São Paulo, em 28 de setembro de 1936, Aprígio de Almeida Gonzaga, fundador e diretor do Instituto Profissional Masculino, que se aposentou em 1934, esteve presente.

Conforme relatos de Horácio Augusto da Silveira, neste ano o Instituto Profissional Feminino da capital oferecia cursos de aperfeiçoamento para mes-

tras e, estavam matriculadas nas seções técnicas de: Economia doméstica (18); Desenho profissional (12); Roupas brancas, rendas e bordados (36); Confecções e corte (39) e Flores, chapéus, artes aplicadas (22). Enquanto no Instituto Profissional Masculino da capital o número de alunos nos cursos de aperfeiçoamento para mestres era: Mechanica (16), Marcenaria (11), Pintura (9) e Curso de Aperfeiçoamento Ferroviário (22) (Silveira, 1936).

Enquanto superintendente da Educação Profissional e Doméstica, Horácio Augusto da Silveira relata que recebia visitas oficiais de várias partes do Brasil, técnicos interessados em estudar a organização do ensino profissional paulista. Nestas ocasiões a superintendência apresentava dados estatísticos, planos de trabalho, legislação geral e outras informações que pudessem interessar a este público.

Para a comemoração dos 25 anos da educação profissional, Horácio da Silveira considerou oportuna uma exposição de trabalhos, em grande estilo, e realizou a “Exposição das Escolas Profissionais” no Parque da Água Branca. A inauguração em 18 de abril de 1936, pelo Dr. Cantídio de Moura Campos, secretário da Educação e da Saúde Pública, contou com a presença do governador do estado, o Dr. Armando de Salles Oliveira.

A Exposição no Parque da Água Branca aconteceu em 14 pavilhões, com produtos elaborados e produzidos pelos alunos das escolas profissionais, e assim distribuídos: salão pedagógico e jardim artificial; escritório e continuação do jardim artificial; arte pura; móveis finos; moveis; confecções; rendas e bordados; tornearia e ferraria; máquinas; ferraria e serralheria; salão de festas; móveis diversos e miudezas. O jornal *O Estado de São Paulo*, sobre essa exposição, publica uma matéria que diz encontrar, externamente aos pavilhões, uma locomotiva da Sorocabana que tirada do desvio onde se encontrava velha e imprestável foi restituída ao tráfego, inteiramente reformada como nova. Horácio Augusto da Silveira relata que (1936, p. 92):

Merece especial destaque o salão pedagógico, verdadeiro cérebro da exposição. O visitante, quando tecnico ou simples interessado pelos nossos problemas, encontrou nos seus graphics, series educativas, sugestivos stands de puericultura, de chimica alimentar e de chimica applicada aos trabalhos domésticos, o material necessário para um juízo completo sobre os nossos methods de ensino e o grau de progresso alcançado pela applicação racional dos mesmos. Enfeixando esse acervo de valores demonstrativos completavam o ambiente as figuras symbolicas sobre a finalidade da educação profissional.

No “Relatório 1936”, Horácio da Silveira destaca um capítulo ao ensino profissional ferroviário, informando que em 1930, com a cooperação da Estrada de Ferro Sorocabana e a eficiente colaboração do prof. Basilides de Godoy,

diretor da Escola Profissional Secundária de Sorocaba, conseguiu instalar anexo àquele estabelecimento o primeiro curso de ferroviários de caráter estável. Após quatro anos de oferecimento do curso naquela escola, o IDORT elaborou um plano geral de organização do ensino profissional ferroviário, baseando-se na cooperação entre o governo do Estado e as empresas particulares.

Esse plano foi avaliado por Horácio da Silveira e foram realizadas várias reuniões com representantes das companhias de estradas de ferro realizadas na Secretaria da Viação e Obras Públicas, na presença do engenheiro Roberto Mange, que criara o primeiro curso ferroviário, em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Em decorrência destas discussões, foi apresentado ao governo do Estado um anteprojeto de decreto propondo a criação de vários cursos ferroviários, anexos às escolas profissionais – Campinas, Rio Claro e Instituto Profissional Masculino da Capital – e núcleos de ensino profissional ferroviário – Jundiaí, Araraquara, Bauru e Lapa (São Paulo) – que foram sancionados com o Decreto Estadual nº 6.537, de 4 de julho de 1934. A escola profissional de Sorocaba era considerada padrão. Posteriormente, foram criados os núcleos ferroviários de Bebedouro e de Pindamonhangaba.

Esse “Relatório 1936” traz também um capítulo sobre “Radio Telephonia e Radio Telegraphia”, divulgando ter sido realizado um estudo preciso para a instalação de uma rede de pequenas estações rádiotelefônicas e telegráficas de ondas curtas entre os diversos estabelecimentos de ensino profissional do Estado e núcleos da Corporação Escolar de Bandeirantes. Estas redes permitiriam a comunicação entre as escolas e a Superintendência. Horácio da Silveira relata não ser necessário dizer das vantagens que advirão com a formação de um grande corpo especializado em radiodifusão, com elementos disciplinados e racionalmente preparados como os alunos das escolas profissionais. Esse plano da rede de radiotelefonía e radiotelegrafia tinha dois objetivos:

Divulgação de conhecimentos technicos por meio de cursos periódicos e systemáticos das matérias mais complexas e de interesse colectivo, como: hygiene, puericultura, bromatologia, arte culinária, tecnologia de offícios e aulas “padrão”, e também promover conferências sobre assumptos cívicos, sociais, patrióticos, etc., feitas por pessoal do ensino profissional ou especialistas, e programmas musicas. Serviço especializado para a corporação dos “Bandeirantes Technicos”: adestramento dos grupos de bandeirantes na prática de telegraphia para formação de especializados nesse ramo; transmissões de ordens de serviço e outras instrucções entre os diversos núcleos de bandeirantes e a Superintendência; estabelecer campo de actividade e pratica, no terreno da rádio-difusão, para os alumnos dos futuros cursos de eletrotécnica das escolas profissionais. (Silveira, 1937, p. 103)

Percebe-se a aliança entre a educação formal e informal num intuito único de formação de um trabalhador produtivo, disciplinado. Se o projeto educacional anarquista no início do século contava com os jornais especializados como arma de formação e proselitismo, o rádio não foi menos importante para as escolas profissionais. A partir de pesquisas realizadas com o acervo do Centro de Memórias da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, antes denominada primeira Escola Profissional Feminina da capital, em São Paulo, elaboramos um artigo sobre as práticas escolares realizadas na educação profissional, empregando o rádio na escola, iniciadas em 1937 (Carvalho e Kelman, 2005).

O "Relatório 1936" ainda informa que a Corporação Escolar de Bandeirantes das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo foi fundada em 25 de janeiro de 1936, e, no final desse ano, tinha matriculado 1974 bandeirantes, alunos das escolas profissionais. Essa corporação foi oficializada pela Lei Estadual nº 2.913 de 19 de janeiro de 1937, com finalidades educacionais, procurando despertar na mocidade a vocação para a carreira militar e naval. No programa da corporação previa-se para os bandeirantes de infantaria: a especialização em topografia, desenho, trabalhos de eletricidade, mecânica, motorista, tipografia, ferrovia, telegrafia, radio telegrafia, etc. Para os bandeirantes cavalarianos seriam técnicos em veterinária, segeria, sellaria, etc.

Cabia aos Núcleos de Bandeirantes: desenvolver, principalmente nas zonas de população dispersa do interior, campanha contra o analfabetismo, organizando escolas ambulantes e fazendo distribuição de livros e impressos; difundindo, por todos os meios ao seu alcance, noções de higiene rural; cooperando para o desenvolvimento da educação física da juventude, em consonância com o ideário estado-novista que se oficializaria na sequência.

No período pós-1947, quando Horácio Augusto da Silveira é afastado da Superintendência e assume Arnaldo Laurindo, técnico em educação, e durante toda a década de 1950 observa-se na sua gestão que as políticas educacionais foram discutidas e elaboradas por comissões estabelecidas pelo governo, mas com muita morosidade foram aprovadas no final dessa década. A educação profissional, em parte, reflete a instabilidade econômica e política do país.

3. História da educação profissional: pelo fim de polarizações simplificadoras

Estudando os personagens que se destacam na história da educação profissional, de maneira muito apressada associam-se determinados nomes a posições unilateralmente concebidas. Um olhar mais atento aos documentos permite-nos romper com polarizações simplificadoras.

Assim é que Antonio Francisco Paula Souza, identificado sobretudo com a educação profissional, aparece como fundador da Escola Politécnica em 1893, experiência embrionária que dará surgimento à Universidade de São Paulo.

Da mesma forma, o nome de Armando Salles de Oliveira, comumente associado à universidade, aparece como incentivador da educação profissional pública, sendo um de seus maiores defensores. Isto nos coloca frente à questão sobre as diferenças efetivas entre formação universitária e formação profissional.

Armando Salles de Oliveira era amigo e genro de Julio de Mesquita, e em 1927, com a morte deste jornalista, assumiu a direção do jornal *O Estado de São Paulo*. Como engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo e com pós-graduação na Europa, construiu várias usinas geradoras de eletricidade. Como diretor de jornal, vice-presidente da Estrada de Ferro Mogiana e sócio de empresa no campo da eletricidade, procurou modernizar a administração dos negócios a partir de soluções orientadas pelo taylorismo. Armando Salles de Oliveira considerava a tecnologia como solução para os problemas econômicos do país e indicava a carência de elementos humanos capacitados como uma das principais dificuldades encontradas na organização da indústria nacional (Pacheco e Silva, 1980, op. cit., p. 63-75. Love, Joseph, 1982, op. cit., p.258-259. In: Moraes, 2003, p. 246).

Quando interventor do estado Armando Salles de Oliveira sofreu pressão do empresariado paulista, envolvendo o IDORT para reorganizar a rede de escolas profissionais e criar, pelo Decreto Estadual nº 6.604 de 13 de agosto de 1934, a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica (Lunardi Marques, 2011).

De todo modo, é fundamental que analisemos o papel das engenharias e dos engenheiros nas concepções e práticas da educação profissional, tanto em seu surgimento e na sua trajetória como nos desdobramentos atuais.

4. Cinquentenário e centenário da educação profissional: celebrar é preciso. Avaliar é preciso

O segundo superintendente do ensino profissional, Arnaldo Laurindo, escreveu *50 anos de Ensino Profissional – Estado de São Paulo*, publicado em 1962, pelo Fundo do Ensino Profissional – FEP. Paulo Guaracy Silveira, presidente do FEP, na apresentação desse livro, em janeiro de 1962, afirma que:

Trata-se de uma obra que reúne tudo o que há de mais importante sobre o Ensino Profissional Paulista, nestes cinquenta anos de atividades. [...] Este trabalho, pelo seu volume e pelo seu valor, por certo constituirá a peça básica e fundamental de consulta de tantos quantos desejem conhecer o ensino industrial desde suas origens, efetuar pesquisas, verificar o

desenvolvimento que se processou, passando a ser uma fonte bibliográfica de real valor.

Antonio D'Avila era ex-Diretor-Geral do Departamento de Educação, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e Diretor Substituto da Divisão de Ensino do Departamento Regional do Senai, de São Paulo, prefaciou esse livro considerando sua relevância:

Li com a maior atenção o trabalho acima, de autoria do professor Arnaldo Laurindo e considero-o de grande interesse, não apenas no terreno do ensino industrial, mas para a história do ensino em São Paulo e no Brasil. Representa um esforço benemérito, de desbravamento de um campo quase inexplorado e uma contribuição alto preço para a compreensão lúcida de nossa evolução educacional voltada para a formação do homem da indústria e da mulher para as lides do lar.

O livro de Arnaldo Laurindo referente ao cinquentenário da educação profissional pública no estado de São Paulo traz contribuições em termos de legislação, currículos, práticas pedagógicas e de estruturas organizacionais desde a sua criação, em 1911. Realmente é um documento valioso para os estudiosos e pesquisadores em história da educação profissional. No entanto, a sua leitura mostra que, para as mulheres, além do curso de Educação Doméstica, que pretendia fixar a mulher no lar, somente o curso de Auxiliares em Alimentação ou Dietistas, criado em 1939 pelo médico Francisco Pompêo do Amaral, propiciava a sua atuação nas indústrias alimentícias ou em refeitórios de hospitais, de escolas e de indústrias (Carvalho, 2011b).

Em 03 de fevereiro de 1961 é promulgada a Lei Estadual nº 6.052 para reforma do ensino industrial, em São Paulo, tendo por base a Lei Federal nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, publicada em 27 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). É no bojo dessa reforma que surgiu o Centro Paula Souza, referencial, a partir de então, para a educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo.

O Centro de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET) é criado na gestão do governador Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1969, e, posteriormente, passou a ser denominado Centro Paula Souza. Quando este Centro comemorou 25 anos, portanto 58 anos de educação profissional pública no estado de São Paulo, Shozo Motoyama organizou a publicação *Educação Técnica e Tecnológica em Questão – 25 anos do CEETEPS – uma história vivida*. Percebe-se que, enquanto herdeiro desta história, o Centro Paula Souza passa a não só construir a história da educação profissional, como também torna-se seu porta-voz oficial no estado de São Paulo.

Para a elaboração desse livro, Motoyama contou na equipe de pesquisa com Francisco Assis de Queiroz, Lincoln Taira e Marilda Nagamini, e com a colaboração de Maria Luiza Rodrigues de Souza. Essa obra é importante por trazer depoimentos de pioneiros na implantação do CEET: Roberto Costa de Abreu Sodré, Paulo Ernesto Tolle, Octávio Gaspar de Souza Ricardo, Octanny Silveira da Mota, Alberto Pereira de Castro, Einar Alberto Kok, Heinz Schramm e José Augusto Martins. Na fase de consolidação: Nelson Alves Vianna, Kokei Uehara, Maria Olindina Gabbi Cardoso, Raul Varella Martinez, José Ruy Ribeiro, Vilma Aparecida Moraes Lucio, Oduvaldo Vendramento, Almério Melquíades de Araújo, Paulo Milton Barbosa Landim e Kazuo Watanabe. Este último professor, que foi superintendente do Centro Paula Souza, em seu depoimento, disse que:

[...] apesar de não contar com muitos recursos e possuir inicialmente modestos laboratórios, as Fatecs contaram com excelentes professores, e muitos deles: influentes profissionais nas indústrias onde atuavam, possibilitavam a ida de alunos para o local de produção, para receberem aulas práticas.

Importantes são os depoimentos de profissionais que atuavam, em 1995, como: Helena Gemignani Peterossi, diretora da Fatec-SP, Marisa Fumanti Chamon, Bahij Amin Aur, Wladimir Anversa, Francisco Antonio Pinto Éboli, Luiz Sebastião Prigenzi e Elias Horani, estes permitem compreender as transformações de espaço-tempo no Centro Paula Souza.

O CEET foi criado com a atribuição de oferecer programas e cursos relacionados às várias atividades da produção, objetivando a qualificação e o aperfeiçoamento de profissionais e trabalhadores voltados para as novas demandas do mercado e das indústrias. Em 1970 foi instalado na capital de São Paulo, oferecendo três cursos na área de construção civil e dois na de mecânica. Em 1971 começa a funcionar a Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (Fatec-Sorocaba), oferecendo cursos de mecânica (desenhista projetista e oficinas).

Com a inauguração da Faculdade de Tecnologia São Paulo, em 1973, no antigo prédio da antiga Escola Politécnica de São Paulo, o CEET passou a ser denominado Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em homenagem a um dos fundadores daquela escola, Antonio Francisco de Paula Souza (1843–1917).

A implantação destes cursos ocorreu no período denominado “milagre econômico brasileiro”, de 1969 a 1974, quando o Brasil exportava produtos primários (café, soja, carne) e produtos industrializados como calçados, televisores e automóveis. Segundo Motoyama (1995, p. 476):

Em virtude desse desenvolvimento e diversificação da produção em diversos setores da economia e da percepção da necessidade de técnicos de

nível médio e superior é que se implementam cursos de diversas modalidades da tecnologia nas Fatecs, que integram o CEETEPS, visando uma integração maior do formado com o mercado de trabalho.

Em 1976, quando é criada a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, o Conselho Deliberativo do Centro Paula Souza sugere que este fique vinculado a UNESP, e, a partir de então, o diretor-superintendente passa também a integrar o Conselho Deliberativo. Com a entrada das escolas de segundo grau no Centro Paula Souza, no começo da década de 1980, os diretores das Fatecs e das Etecs começam a ter voz. Em 1981, seis escolas geridas pelo setor privado em convênio com o público são integradas ao CPS: Colégio Técnico Industrial “Conselheiro Antonio Prado”, Colégio Técnico Industrial de Jundiaí, Colégio Técnico Industrial “João Baptista de Lima Figueiredo”, Colégio Técnico Industrial “Jorge Street”, Escola Técnica Industrial “Lauro Gomes” e o Colégio Polivalente de Americana.

Outras seis escolas técnicas, agora públicas, em 1982, são integradas: “Getúlio Vargas”, “Professor Camargo Aranha”, “Presidente Vargas”, “Júlio de Mesquita”, “Rubens de Faria e Souza” e “Fernando Prestes”. Nesse ano os professores Almério Melquíades de Araújo e Vilma Aparecida Moraes Lucio são os coordenadores do ensino técnico, e nos seus depoimentos apontam que um dos problemas na integração das escolas foi a não transferência imediata dos recursos necessários para a sua manutenção.

Uma pesquisa relevante para a história da educação profissional no campo da agricultura e que contribui para a compreensão da trajetória da educação profissional no estado de São Paulo é a tese de doutoramento de Lourdes Marcelino Machado, sobre o “Ensino Agrícola no Estado de São Paulo: introdução ao estudo da relação trabalho-educação”, pela Universidade Estadual Paulista de Marília, em 1992, que trata da questão do trabalho como princípio educativo. Segundo a pesquisadora:

O período de 1976 – 1991 é de crise e reorganização na educação profissional. As escolas técnicas que estão na Secretária da Educação, mudam de denominação e, portanto, de estrutura organizacional duas vezes em 1976, os Colégios Técnicos passam a ser geridos na Coordenadoria de Ensino do Interior, e são denominadas Escolas Técnicas de 2º Grau. Em 1979, as escolas técnicas são administradas pela GETEP. Em 1984, as escolas agrícolas estão na GEAGRI e, no ano seguinte na DISAETE, e somente, em 1991, são transferidas da Secretaria da Educação. O Decreto Estadual Nº 34032, de 22 de outubro de 1991, dispõe sobre a transferência da Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas (DISAETE) da Secretaria da Educação para a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

Durante o Encontro de Diretores de Escolas Técnicas Agrícolas Estaduais de Segundo Grau, que aconteceu em 31 de outubro de 1989, com a Equipe Técnica de Ensino da DISAETE, esta apresentou uma proposta de ensino-produção, por meio de um fluxo de aprendizagem – produção, onde na aprendizagem os estudantes estariam envolvidos com “teoria”, “prática” e “prática – projetos de aprendizagem”, enquanto que na produção a atuação seria de projetos de aplicação prática ou projetos agropecuários. A proposta tinha para a “prática” a aplicação da teoria com objetivo de fixação, e para “prática – projetos de aprendizagem” um conjunto de atividades práticas com objetivo de fixar o todo (simulação).

Neste mesmo encontro a equipe apresentou a representação gráfica da reorganização curricular proposta pela DISAETE, onde em sala de aula seriam tratados com os estudantes a Cultura Geral e a Cultura Técnica, e em ambientes pedagógicos para práticas educativas, observação, verificação da teoria na prática e experimentos. A representação gráfica mostrava também a necessidade de um campo de aplicação que traria a aplicação dos conhecimentos adquiridos em projetos profissionais, e para o técnico agrícola indicava conhecimentos teóricos, experimentos práticos e experiência mínima profissional. Machado (2002, p. 121-5, v. 1) apresentou os diagramas deste Encontro de Diretores, de 31 de outubro de 1989, mas informou que a reorganização curricular foi proposta e não imposta pela DISAETE, o que representou uma diferença qualitativa para a educação profissional. Segundo a pesquisadora:

A modernidade tecnológica traz em si, de um lado, mudanças no sistema produtivo, de outro os desafios à educação. O caminho da transformação é longo e penoso. Da escola existente, historicamente construída, à escola desejável, é preciso passar pela escola possível que, apesar de todas as suas limitações, ainda é um espaço de possibilidades, num movimento de permanente negação e construção. [...] visto que a clássica dicotomia, teoria x prática perpassa todas as questões do ensino agrícola, em todos os momentos de sua evolução histórica.

Em janeiro de 1994, mais 82 unidades escolares de ensino técnico estadual passaram a integrar o Centro Paula Souza, sendo 35 escolas agrícolas e o restante ligado aos setores industrial, comercial e de serviços, e que estavam distribuídas em cerca de 80 municípios paulistas, oferecendo 38 habilitações diferentes (Motoyama, 1995, p. 484).

5. Livro comemorativo dos 40 anos do Centro Paula Souza

O governador José Serra apresentou o livro comemorativo dos 40 anos dizendo que no seu governo aconteceu a maior expansão da história do Centro

Paula Souza, dobrando o número de Faculdades de Tecnologia de 26 para 52 unidades, e mais do que dobrando o número de matrículas das Escolas Técnicas de nível médio, as Etecs de 77 mil para 177 mil alunos. José Serra registra o reconhecimento ao vice-governador Alberto Goldman, que coordenou as ações no ensino técnico e tecnológico nos dois primeiros anos do seu governo, como secretário de Desenvolvimento, bem como ao ex-governador Geraldo Alckmin, que o sucedeu na secretaria. Assim como a professora Laura Laganá, superintendente do Centro Paula Souza, que segundo o governador é “incansável, zelosa e competente”.

Neste documento Geraldo Alckmin, como secretário de Desenvolvimento do estado de São Paulo, declara:

O Centro Paula Souza é mais do que um exemplo, é a mais fiel tradução do verbo educar. Ao longo destes 40 anos, construiu uma história de muito sucesso. Com seriedade e empenho, cada um dos seus milhares de professores, cada um entre as centenas de seus coordenadores pedagógicos, cada um dos funcionários responsáveis pela administração das mais de 200 escolas e faculdades, todos juntos dedicaram suas vidas e fizeram do Centro Paula Souza um sinônimo de excelência em educação. Por todo esse respeito e por todo esse trabalho depositado em favor da Educação Tecnológica, por todo o compromisso com a formação de profissionais, compromisso assumido em prol do desenvolvimento, o Centro Paula Souza constrói a sua história com o olhar fixo para o futuro e é um orgulho para todos nós, brasileiros de São Paulo. (CPS, 2010, p. 4)

Para Laura Laganá, superintendente do Centro Paula Souza, a finalidade da publicação é contar um pouco desse longo e vitorioso processo, dizendo que:

[...] de educação transformadora [...] que se confunde com a própria história do desenvolvimento de São Paulo [...] Nosso empenho em aperfeiçoar o ensino atrai jovens e adultos de todo o Estado e do País, gente dos mais variados perfis sociais – futuros profissionais preocupados em aliar conhecimento tecnológico à realidade do mercado, cada vez mais exigente. O permanente acompanhamento da gestão escolar – por meio de um reconhecido sistema de avaliação criado pelo próprio Centro Paula Souza – permite consolidar cada vez mais nosso projeto e fazer da educação profissional paulista referência no Brasil. (CPS, 2010, p. 5)

O livro de 40 anos do Centro Paula Souza demonstra que existe um conjunto de regras e normatizações para avaliação da instituição, como: o Sistema de Avaliação Institucional – SAI – uma ferramenta de gestão do ensino técnico

e tecnológico para determinações de metas, acompanhamento de egressos, de inovações e experiências nas unidades de ensino (Froncillo, 2009); o Observatório Escolar – um instrumento de avaliação das escolas técnicas implantado pela Unidade de Ensino Médio e Técnico, em 1998, com o propósito de contribuir para a consolidação de uma rede de escolas técnicas competentes em educação profissional, essa avaliação de caráter proativo, ajuda a criar uma cultura organizacional, com base na evolução permanente do pessoal e na melhoria contínua dos processos internos; a Feira Tecnológica – FETEPS – criada em 2007 e realizada anualmente é um espaço para a demonstração e socialização de projetos de pesquisa, produções culturais, serviços e experiências bem-sucedidas das escolas técnicas e faculdades de tecnologia do Centro Paula Souza, assim como de integração das instituições de educação profissional pública entre os diversos estados do país e de parceiros da América Latina. Para reavaliação dos cursos técnicos, o Laboratório de Currículos envolve profissionais que do currículo se apropriam para a implementação de práticas escolares e pedagógicas nas unidades escolares (CETEC, 2011).

O quadro a seguir apresenta a trajetória da educação profissional nos 40 anos de Centro Paula Souza, segundo esta publicação comemorativa (CPS, 2010):

Quadro 1

Ano	Trajetória da Educação Profissional no Centro Paula Souza
1969	Decreto-lei cria uma autarquia para articular e desenvolver a formação de tecnólogos: o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET).
1970	Instalação do CEET, com cursos nas áreas de construção civil e mecânica. Criação e integração da Fatec Sorocaba.
1973	Entra em funcionamento a Organização da Fatec São Paulo. A instituição recebe novo nome: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.
1980	Início do ensino técnico no Centro Paula Souza, com a incorporação de seis escolas técnicas que faziam parte de um convênio firmado entre os governos federal, estadual e municipal. No ano seguinte, integram-se outras seis escolas.
1988	O Centro Paula Souza cria as duas primeiras escolas técnicas: na capital, a Escola Técnica São Paulo (Etesp) e, em Taquaritinga, a Etec Dr. Adail Nunes da Silva. Tem início um programa para levar cerca de 50 professores de Fatecs e Etecs à França, Alemanha e Bélgica para estágios em instituições de ensino técnico e tecnológico.
1990	A unidade de Jaú cria dois cursos tecnológicos de navegação fluvial, pioneiros na América Latina.
1994	A partir deste ano até 2004, a instituição integra outras 85 escolas técnicas da Secretaria Estadual de Educação.

1997	Entra em vigor o Sistema de Avaliação Institucional (SAI), dedicado ao contínuo aprimoramento pedagógico a partir da mensuração do desempenho e do atendimento das expectativas da comunidade escolar. Outras ferramentas são criadas para nortear o planejamento da instituição: o Observatório Escolar e o Banco de Dados.
1998	Implantação, pelo Governo Federal, de uma reforma no ensino técnico do médio. O Centro Paula Souza passa a oferecer as duas modalidades separadamente. A instituição cria o Laboratório de Currículos, grupo que reúne especialistas em educação e do setor produtivo para elaborar e reformular regularmente os cursos do Centro Paula Souza.
2002	Início das turmas de pós-graduação lato sensu (especialização) na Fatec São Paulo. Parcerias com prefeituras e empresas são firmadas para a ampliação de vagas e a definição de cursos. Governo inicia a ampliação do número de Fatecs, partindo de 10 a 26 unidades no final de 2006.
2005	Sistema de autoavaliação das escolas, elaborado pelo Observatório Escolar, ganha prêmio Mario Covas de Gestão.
2006	Entra em vigor a pontuação acrescida o processo seletivo, ou seja, bônus para afrodescendentes e alunos vindos de escolas públicas. O Centro Paula Souza encerra o ano com 77 mil alunos matriculados nas 126 Etecs e 26 Fatecs.
2007	O Governo de São Paulo lança o Plano de Expansão do Ensino Profissional, implantando, já nesse ano, 7 Fatecs e 12 Etecs. A meta é dobrar o número de Fatecs (de 26 para 52) e criar 100 mil novas matrículas no ensino técnico até 2010. Tem início o Telecurso TEC, curso técnico à distância. Ocorre a 1ª Feira Tecnológica do Centro Paula Souza. Fatec é a primeira a ter curso de Autotônica no Brasil. A eficiência do SAI é reconhecida com o prêmio Mario Covas.
2008	É instituído o Plano de Carreiras do Centro Paula Souza, permitindo o planejamento e o reajuste dos salários. A iniciativa resultou na abertura de 22 mil cargos públicos para docentes, auxiliares de magistério e técnicos administrativos. Ocorre a ampliação do Telecurso TEC para o atendimento de alunos da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e do Estado de Goiás. Aberto curso tecnológico pioneiro em Sicultura, em Capão Bonito. São criadas mais 12 Fatecs e 13 Etecs.
2009	Criado o Índice de Desenvolvimento do Ensino Técnico e Tecnológico do Estado de São Paulo (Idetec), para avaliar a qualidade do ensino profissional oferecido. O desempenho de cada unidade, medido por metas preestabelecidas, passa a determinar o pagamento de bonificação por resultado a professores e funcionários. O convênio com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) permite a criação de cursos tecnológicos a distância. O primeiro deve ter início em 2010. Entra em funcionamento a primeira Etec em cooperação com a comunidade, em Heliópolis, na periferia da capital. Implantação de 22 Etecs e 2 Fatecs até o final do ano. O Centro Paula Souza comemora 40 anos em meio ao maior plano de expansão da sua história.

O Centro Paula Souza administra, atualmente, 203 Etecs, em 152 municípios, e 51 Fatecs, em 47 municípios, com 270 mil alunos, 13 mil professores e 5 mil servidores administrativos do estado de São Paulo. Por trás desses números existem não apenas milhares de professores e estudantes capturados pelas estatísticas, mas experiências singulares de formação, de resistência cultural e política que revelam o sentido da educação profissional pública no estado.

Entre 22 e 23 de novembro de 2011, o Centro Paula Souza realizou o Simpósio “Raízes, Retratos e Evolução em 100 anos de educação profissional pública no estado de São Paulo”, na Etec de Artes, no Parque da Juventude, em São Paulo, com palestras, mesa-redonda e a apresentação de cento e vinte trabalhos de professores de escolas técnicas e tecnológicas para comemorar o centenário. É possível observar nos trabalhos apresentados o esforço da pesquisa, da análise histórica, do esforço voltado para o desenvolvimento local num sentido amplo. Objeto de futuras pesquisas, os anais desse Simpósio permitirão, certamente, não só a celebração, mas a avaliação desta trajetória, como exigia Fernando de Azevedo em 1926: a busca permanente de uma política educacional transformadora. Da mesma forma, estudos têm sido realizados para avaliar o alcance formativo das chamadas feiras tecnológicas do Centro Paula Souza (Batista, 2011).

Concluindo e retomando

Num país com grandes déficits sociais e educacionais, a contemplação dos resultados quantitativos pode ser paralisadora. Ou por considerarmos acriticamente que muito se avançou ou por ficarmos estupefatos com o quanto há ainda para realizar. A história da educação profissional da forma como a apresentamos, a partir de seus narradores centrais, sempre foi acompanhada de muita celebração e alguma avaliação.

Desejamos resgatar o esforço de Fernando de Azevedo ao enxergar, em meio à ênfase dada à educação profissional, as suas lacunas, seus limites enquanto política pública. Caso contrário, não é possível avançar qualitativamente. Qualidade e singularidade precisam ser estudadas e avaliadas num processo constante de formação que visa não só a adaptação e a acomodação às demandas imediatas, mas a um projeto mais amplo de política educacional emancipadora num ainda jovem país, com um contingente de jovens fora da escola, fora do mercado de trabalho, fora do direito à dignidade.

Se nos primeiros anos da República se defendia uma educação profissional para fazer acontecer a “força viva do progresso” e a “riqueza do país”, na atualidade os termos “progresso” e “riqueza” são constantemente repensados dentro da perspectiva de um desenvolvimento sustentável em que se articulam

responsabilidade econômica, social e ambiental. Mas permanece a promessa de um “trabalho prazer”, do “trabalho livre”, do “trabalho nobre” como sonhava Aprígio Gonzaga em 1929. Naquele momento, esse diretor discursava em favor do fim do preconceito quanto à educação profissional fazendo “brilhar” o conceito do trabalho educativo a partir do qual o homem pudesse “desenvolver e adquirir as qualidades que precisa para atingir seus altos fins morais, econômicos e políticos” (Laurindo, 1962, p. 115).

Podemos dizer que, com todo o crescimento da educação profissional no estado de São Paulo e no Brasil, expandindo o número de escolas nos últimos oito anos, o país precisa construir, articuladamente através do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, um Plano Estratégico para Educação Profissional e Tecnológica, que a cada ano apresente metas, ações, atores envolvidos, prazos e indicadores de resultados esperados. Esses devem ser propostos por um corpo de profissionais da educação que discutam em suas instituições questões filosóficas, tecnológicas, econômicas e sociais, em função do crescimento populacional e territorial, tendo por finalidade diversificar, implementar e acompanhar a formação de profissionais técnicos e tecnológicos considerando sua inserção no mercado e sua estratégica importância enquanto política pública. As avaliações nos diferentes estados, com seus diferentes sistemas e instituições, independente de tendências e atores políticos dominantes, poderão assim se pautar nos termos defendidos por Fernando de Azevedo em 1936: uma “política de educação”.

Referências

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1985.

BATISTA, Sueli S. S; VERONA, Juliana Augusta; FIALA, Diane Andréia de Souza. Responsabilidade social na educação profissional e tecnológica: uma análise dos trabalhos apresentados e publicados nos anais da FETEPS (edições 2009, 2010 e 2011). WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA, 6. Anais Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/006-workshop-2011/>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. A trajetória administrativa de Horácio Augusto da Silveira na primeira Superintendência da Educação Profissional em São Paulo (1934 a 1947). In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.). *Cultura, Saberes e Práticas – memórias e história da educação profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011a.

_____. Francisco Pompêo do Amaral: educação e alimentação do povo brasileiro (1939 a 1945). In: CONGRESSO INTERNACIONAL ALAS, 28, 2011, Recife. <Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/GT17_Maria_Lucia_M_Carvalho.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____; KELMAN, Beatriz Chiavini Mendes de Carvalho. A ligação entre o rádio e a educação por meio de uma análise da historicidade da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28 Anais. Rio de Janeiro – RJ, em setembro de 2005.

CETEC. Unidade de Ensino Médio e Técnico. Centro Paula Souza. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

CPS. CENTRO PAULA SOUZA. Assessoria de Comunicação. *Centro Paula Souza 40 anos*. Governo do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial, 2010.

FRONCILLO, Roberta. SAI. Sistema de Avaliação Institucional. Práticas e Desafios. *Edição comemorativa 40 anos do Centro Paula Souza*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

GONÇALVES, Aracely Mehl.; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A educação nas folhas do Jornal “A Plebe”: 1917-1919. *Publicatio Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes*, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 16, n. 2, 2008.

GONZAGA, Aprígio. Em redor da Escola Profissional Masculina da Capital. Obra comemorativa da instalação definitiva da Escola Profissional Masculina em prédio próprio, à rua Piratininga. *Diário Oficial*, São Paulo, p. 102. 1919. In: LUNARDI MARQUES, Sandra Machado. O slojd paulista e a formação de operários completos (1911 – 1934). *Revista Educação Skepsis*, n.2. jan./jul. 2011.

_____. Relatório de atividades do ano de 1921. Escola Profissional Masculina da Capital: a nova educação, década 1911 – 1921. In: LUNARDI MARQUES, Sandra Machado. O slojd paulista e a formação de operários completos (1911 – 1934). *Revista Educação Skepsis*, n. 2. jan./jul. 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 10, 2001.

LAURINDO, Arnaldo. *50 Anos de Ensino Profissional. Estado de São Paulo. 1911 – 1961*. 1. Ed. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A., 1962.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4.ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

©2012 Ivanete Bellucci P. de Almeida, Sueli Soares dos Santos Batista

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

Al64 Almeida, Ivanete Bellucci P. de; Batista, Sueli Soares dos Santos;
Educação Tecnológica reflexões, teorias e práticas/Ivanete Bellucci Almeida; Sueli Soares dos Santos Batista. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

204 p. Inclui bibliografia. Inclui tabelas, figuras e gráficos. Vários autores.

ISBN: 978-85-8148-088-6

1. Educação 2. Tecnologia 3. Faculdade de Tecnologia 4. Teorias e Práticas I. Almeida, Ivanete Bellucci de. II. Santos, Sueli Soares dos.

CDD: 607

Índices para catálogo sistemático:

Escolas de Tecnologia. Estudo e Ensino das Ciências Aplicadas	607
Educação Superior. Colégios e Universidades – Ensino Universitário	378
Educação	370

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL
Foi feito Depósito Legal

PACO  **EDITORIAL**

Rua 23 de Maio, 550
Vianelo - Jundiaí-SP - 13207-070
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

a8v7k8